

Conflito socioambiental no entorno de fábrica de agrotóxicos no Ceará-Brasil*

Social-environmental conflict
around a pesticide factory in Ceará-Brazil

Islene Ferreira Rosa**, Raquel Maria Rigotto***

Resumo- Estudo de caso que aborda a conformação do conflito socioambiental instaurado no entorno de uma fábrica de agrotóxicos no Ceará, analisando as transformações ocorridas no território a partir da instalação da empresa e a evolução do conflito socioambiental, na perspectiva do Estado, da empresa e da população afetada. Os resultados evidenciaram: lacunas nas informações dos órgãos públicos; negação do problema pela empresa; a luta da comunidade para o reconhecimento dos problemas ambientais. A análise aponta para três dimensões distintas do conflito socioambiental: a disputa pelo espaço que se revela no uso e ocupação do solo; a disputa simbólica pela apropriação do território, observada entre a negação e a confirmação do problema; e a disputa social configurada nas relações de poder entre a comunidade, o Estado e a empresa.

Palavras-chave: praguicida; conflito socioambiental; poluição; território; protagonismo social.

Abstract- Case study of the conformation of a social-environmental conflict around a pesticide factory in Ceará, analyzing the transformations in this territory since the pesticide factory's installation and the social-environmental conflict evolution, from the perspective of State, the company and the affected population. The results showed: gaps in the information of government agencies; denial of the problem by the company, the struggle of the community for the recognition of environmental problems. The analysis points to three distinct dimensions of social-environmental conflict: the occupation and using of the land reveal a space dispute; the symbolic dispute over the ownership of the territory, observed between denial and acknowledgment of the problem; and the social dispute configured in power relations between the community, the state and the company.

Keywords: pesticide; social-environmental conflict; pollution; territory; social protagonism.

* O presente trabalho está fundamentado na pesquisa de ROSA, I. F. O nosso medidor somos nós que sentimos e gritamos: conflito socioambiental no entorno de uma fábrica de agrotóxicos no Ceará. 2008. 205f. Dissertação (Mestrado em Saúde Pública) – Universidade Federal do Ceará. Fortaleza/CE. Uma versão preliminar deste texto foi apresentada no 32º Encontro Anual da ANPOCS (ROSA; RIGOTTO, 2008). Agradecimentos a CAPES pela concessão de bolsa de estudo durante o mestrado e a comunidade pesquisada pela participação que possibilitou o engrandecimento deste estudo.

** Enfermeira, mestre em Saúde Pública pela Universidade Federal do Ceará. Docente na Universidade de Fortaleza. *Correspondência:* Av. Washington Soares, 1321, Bairro Edson Queiroz, Fortaleza-Ceará. CEP: 60811-341. E-mail: <islenerosa@yahoo.com.br>.

*** Médica, Doutora em Sociologia. Docente na Universidade Federal do Ceará. *Correspondência:* Rua Professor Costa Mendes, 1608, 5º andar, Bairro Rodolfo Teófilo, Fortaleza-Ceará. CEP: 60430-140. E-mail: <raquelrigotto@gmail.com>.

Introdução

Este artigo tem como objetivo analisar dimensões de um conflito socioambiental com repercussões sobre a saúde, em curso, entre uma fábrica de agrotóxicos e comunidades situadas no seu entorno, em município da Região Metropolitana de Fortaleza, Ceará. O conflito difunde-se publicamente em 2004, quando a comunidade se organiza para levar ao Ministério Público o depoimento de vários moradores que apresentavam queixas de saúde e os relacionavam à poluição ambiental gerada pela empresa, e é então objeto de notícia em jornal de grande circulação (JORNAL DIÁRIO DO NORDESTE, 2006).

A comunidade residente nas proximidades da empresa reclama insistentemente da poluição atmosférica contínua e persistente, gerada pela formulação dos agrotóxicos. De acordo com as reclamações, a presença constante de odor, semelhante ao “cheiro de rato podre” que, dependendo da ação do vento, da intensidade e quantidade dos processos produtivos e do tipo de produto formulado, são insuportáveis e causam grandes transtornos aos moradores do local. Os mais prejudicados são os residentes no Bairro Novo Mundo, os quais afirmam que, além do desconforto pelo odor forte, estão sujeitos a problemas de saúde, tais como náusea, alergias, cefaleia, ansiedade, “desgosto”, problemas respiratórios e até casos de câncer.

De fato, os agrotóxicos constituem-se em importante fator de risco para a saúde humana, responsável por intoxicações agudas e efeitos crônicos bastante diversificados, como alterações na reprodução, sistema endócrino, função hepática, cânceres, dentre outros. Entre os expostos, estão os trabalhadores que os produzem, transportam, comercializam ou aplicam; os moradores no entorno das fábricas – como no caso aqui estudado – e dos empreendimentos agrícolas; os consumidores de alimentos ou água etc.

O mercado mundial de agrotóxicos é dominado por cerca de 20 grandes indústrias, com um volume de vendas da ordem de 20 bilhões de dólares por ano e uma produção de 2,5 milhões de toneladas de agrotóxicos, sendo 39% de herbicidas, 33% de inseticidas, 22% de fungicidas e 6% de outros grupos químicos. As companhias agroquímicas que controlam esse mercado são: Syngenta, Bayer, Monsanto, BASF, Dow AgroSciences, Du Pont, MAI e Nufarm. Recentemente o Brasil se tornou o maior consumidor mundial de agrotóxicos (SINDAG, 2009), movimentando 6,62 bilhões de dólares em 2008, para um consumo de 725,6 mil toneladas de agrotóxicos – o que representaria 3,7 kg de agrotóxicos por habitante.

Verifica-se um cenário fértil para a ampliação dos impactos dos agrotóxicos sobre a saúde de diferentes segmentos populacionais e sobre o ambiente, a partir dos quais podem se conformar conflitos socioambientais. Quando há projetos e modos diferenciados de apropriação, uso e significado do território por distintos grupos sociais, as atividades desenvolvidas por

um dos agentes pode comprometer a manutenção das práticas de outros agentes, “interconectadas materialmente e socialmente através das águas, do solo ou da atmosfera” (ACSELRAD, 2004a). O conflito se instaura em função da denúncia dos efeitos indesejáveis da atividade de um dos agentes sobre as condições materiais do exercício das práticas de outros.

Grande parte das questões que ocasionam os conflitos socioambientais pode ser compreendida como problemas de injustiça ambiental. As dinâmicas que geram discriminação, pobreza e miséria estão por trás de importantes características ambientais e de consumo de regiões e grupos populacionais específicos, determinando ou condicionando a forma como as pessoas adoecem e morrem (FREITAS; BARCELLOS; PORTO, 2004).

Na perspectiva de Porto (2007), no contexto brasileiro os conflitos socioambientais podem ser um caminho para conhecer e tentar transformar o modelo de desenvolvimento que produz os riscos ambientais e injustiças sociais a grupos populacionais mais vulneráveis. O Banco Temático da Rede Brasileira de Justiça Ambiental classifica e exemplifica esses conflitos – os associados ao uso da terra; à mineração e à produção industrial (químicas e petroquímicas, aço e alumínio); à produção de energia e grandes obras de infra-estrutura; e os urbanos.

Nesses contextos emergem diversas formas de manifestação de desacordo e revolta, a partir da organização dos atingidos em movimentos, associações e redes (ZHOURI; LASCHEFSKI; PEREIRA, 2005). O conflito afirma o direito à existência e ao respeito das populações atingidas, o direito a serem reconhecidas na sua identidade e na sua originalidade, à diferença e a outro projeto de futuro.

Para Acselrad (2004b), o conflito socioambiental deve ser analisado na interface entre o mundo social e sua base material, distinguida em três práticas de: (1) apropriação técnica do mundo material, onde os atores sociais transformam o meio físico; (2) apropriação social do mundo material, configuradas pelo processo de diferenciação social dos indivíduos e seus padrões de desigualdades; (3) apropriação cultural do mundo material, movido por atribuições de significados a partir do processo social de construção do mundo.

Neste artigo pretende-se analisar as formas de apropriação técnica, social e cultural do território do bairro Novo Mundo e da empresa, no decurso do conflito socioambiental instalado a partir da poluição do ar.

O estudo do qual deriva este texto foi motivado por demanda do Ministério Público à Universidade Federal do Ceará, no sentido de fornecer subsídios para o entendimento das causas do conflito e para a intervenção sobre ele, e teve como base investigações conduzidas tanto na empresa quanto na comunidade atingida. O recorte analítico aqui focado fundamenta-se, do ponto de vista da pesquisa empírica, na reconstrução da história coletiva do conflito, na perspectiva dos diferentes agentes sociais envolvidos – os moradores do bairro, a empresa e autoridades públicas.

O primeiro passo foi a análise documental do processo em curso no Ministério Público, contendo depoimentos de moradores sobre queixas de doenças por eles relacionadas à poluição, bem como informações prestadas pela empresa e por instituições públicas. Analisou-se o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano (PDDU) do município em estudo, as licenças fornecidas pela Superintendência do Meio Ambiente do Ceará (SEMACE) e pela Vigilância Sanitária do município.

Ainda na fase exploratória, realizaram-se reuniões com a Associação de Moradores do bairro, em grupo de diretoria ou em assembléias convocadas para este fim, no contexto da mobilização.

A partir destes contatos, foram identificados agentes coletivos com papel relevante no conflito, os quais foram convidados para entrevistas semi-estruturadas: duas lideranças da Associação de Moradores do Bairro Novo Mundo, os Secretários Municipais de Saúde e de Meio Ambiente, e um representante da empresa – foi indicado o diretor químico, que optou por responder às questões por escrito. As questões giravam em torno das condições e qualidade de vida no bairro, a percepção sobre a chegada da empresa no território e suas implicações para a saúde e o ambiente, a visão sobre as posturas da empresa, a mobilização da comunidade e a atuação dos órgãos públicos.

Foram realizadas e gravadas duas sessões de duas horas de Grupo Focal, composto por seis moradores locais: dona de casa, agente de saúde, pedagoga, funcionário público, radialista e comerciante. A atividade aconteceu numa escola pública do bairro, tendo como fio condutor a visão sobre a chegada da empresa de agrotóxico no bairro e as mudanças percebidas na vida dos moradores.

Para uma melhor compreensão das queixas de saúde relativas à poluição atmosférica, foram escolhidos dois casos de moradores com história de adoecimento com possível relação com exposição a agrotóxicos para a coleta de depoimento pessoal, em que o pesquisador concentra o relato num tema ou período específico da história de vida dos sujeitos, privilegiando a recuperação do vivido conforme concebido por quem viveu (QUEIROZ, 1998; ALBERTI, 1990; RIGOTTO, 1999). Toda produção discursiva dos sujeitos foi analisada de acordo com a abordagem da análise de discurso proposta por Spink e Medrado (1999) e por Pinto (1999).

O projeto de pesquisa foi aprovado pelo Comitê de Ética de Pesquisa em Saúde da Faculdade de Medicina da Universidade Federal do Ceará. Todos os sujeitos envolvidos assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, de acordo com a Resolução 196/96 do Conselho Nacional de Saúde.

1. A construção social do problema

A mobilização da comunidade contra a poluição do ar provocada pela empresa iniciou-se por volta de 1992 e foi ganhando dimensão por pressão dos moradores que organizaram movimentos como passeatas, protestos em frente à empresa, além de audiência pública na Câmara de Vereadores e na Promotoria de Justiça do município.

O conflito iniciou por volta de 1992 quando a comunidade do Conjunto Novo Mundo começou a sentir-se incomodada com o cheiro que exalava da [empresa X]. Começamos, assim, a sentir a poluição, pois a empresa era pequena e não tomava cuidado nenhum ao soltar os poluentes no ar que respirávamos diretamente; e começou a nos afetar por volta de 1992. [...] formamos uma comissão de moradores e fomos até a empresa, foram marcadas audiências, foram vários representantes, como o presidente da associação e muitas entidades aqui nos acompanharam, alguns vereadores (Moradora Darci).

O odor desagradável gerado pela fábrica de agrotóxicos foi o ponto de partida para a construção social do problema: um cheiro que se espalha pelo ar e entra até o âmago dos pulmões de cada pessoa.

O espaço do corpo, invadido, sente, grita: arde, coça, faz tossir, dá enjojo... Quando se vai comentar com o vizinho, ele também está queixando do odor, e sentindo reações – será que afeta a saúde? Causa alguma doença? Junto com o veneno, a preocupação e a insatisfação vão se espalhando na comunidade. É desta forma que os moradores vão nomeando a existência de um problema e construindo socialmente a sua afirmação e reconhecimento na sociedade.

Como todas as inquietações ou necessidades humanas, os problemas de meio ambiente também requerem sua construção ou afirmação social, que está sujeita a uma evolução histórica própria em cada coletividade. Para que os problemas ambientais se afirmem socialmente é necessário que sejam construídos e difundidos no mundo social por meio de vários atores sociais, até que sejam reconhecidos por um conjunto amplo de indivíduos e instituições (FREITAS, 2000; TÁBARA, 1996).

Na tessitura das pontes entre a fábrica, o cheiro, a saúde, o direito, surgem várias dúvidas, necessidade de informações para construir respostas às questões interpostas. É assim que alguns moradores conversam com vizinhos da comunidade que trabalham na empresa e a conhecem “por dentro”, conseguem uma visita à empresa, procuram a agente comunitária de saúde e investigam na internet informações técnicas. Sentem-se, então, fortalecidos para a mobilização e a manifestação pública: “Nós não sabíamos o que era a [Empresa X]. Depois do mau cheiro é que fomos procurar o porquê, e descobrimos que era tóxico. E aí, nos reunimos e fomos até a fábrica... Começou a luta!” (Moradora Maria José).

Para dar visibilidade ao problema organizam manifestações, fazem denúncias à mídia, conseguem audiência pública na Câmara de Vereadores. Cobram providências aos órgãos municipais de saúde e de meio ambiente. Obtendo pouca resposta, levam a denúncia ao Ministério Público.

Conflito socioambiental: as práticas na interface do mundo social e sua base material

Para a análise do conflito socioambiental, adotamos a caracterização de suas diferentes dimensões proposta por Acselrad (2004b): (1) práticas de apropriação técnica do mundo material – a disputa pelo uso do solo e a interpenetração dos espaços da produção, da vida e do corpo na biosfera; (2) práticas de apropriação cultural do mundo material – disputa pela negação/afirmação do problema e pela atribuição de significados a ele; (3) práticas de apropriação social do mundo material – a disputa entre os poderes do Estado, dos empresários e da comunidade.

A Empresa X está instalada numa área muito próxima a conjuntos residenciais, já delineando perspectivas conflituosas de uso do espaço entre estes agentes sociais. Mais do que isso, a operação da fábrica avança num modo peculiar de ocupação do espaço, que é a contaminação atmosférica por poluentes gerados no processo de produção, induzindo fortes transformações ambientais e acirrando a disputa pelo espaço.

A empresa posiciona-se afirmando o direito ao espaço para o crescimento: “A empresa é parte do município e sua instalação contribui para o crescimento econômico sustentável. A empresa tem responsabilidade social e ambiental. E sua maior responsabilidade é se manter financeiramente saudável.” (Diretor Químico da Empresa X).

Há o argumento de uma pertinência legitimada pela ideologia do desenvolvimento e fortalecida por certo entendimento da sustentabilidade, logo em seguida esclarecido – restrito à dimensão financeira.

Do ponto de vista da comunidade, “nós chegamos aqui primeiro!”:

Era só o nome – Distrito Industrial – porque fábrica não tinha... Era só mata fechada. Aí começaram os conjuntos como o nosso e o... (Moradora Ana Laura).

Quando chegamos aqui, no local da empresa tinha uma mata e um córrego onde as crianças brincavam... Nós chegamos aqui primeiro! (Morador Oscar).

Mas há um profundo incômodo que prossegue e se aprofunda com a operação da empresa X. A produção invade o espaço da casa e do corpo:

Tinha um diretor na [Empresa X] que falava: isso aqui é um inseticida, isso é um pesticida. Porque quando começou mesmo essa briga forte, a minha netinha estava recém-nascida, e a gente tinha que retirar ela daqui. Aí, ele avisava: 'Olha, hoje a formulação vai ser intensa, nós vamos virar a noite. Se for possível tirar a criança de casa... (Moradora Darci).

Sinto desgosto quando saio do trabalho e vou pra casa, meu sistema nervoso está afetado... Tenho um pacote de máscaras em casa, uso o tempo todo, não sinto nem o sabor da comida. Dá um desgosto! (Morador da Silva Filho).

No conflito social, a disputa simbólica pelo espaço acontece quando os sujeitos vão construindo os sentidos do uso do solo baseados em diferentes capitais. Enquanto a empresa busca legitimar seu discurso em uma abordagem marcada pela ótica do desenvolvimento econômico, disseminando critérios dominantes de "eficiência, capacidade competitiva, produtividade", tenta impor uma dinâmica condicionada pelas estruturas de poder econômico e de controle sobre os recursos do meio material. A comunidade, por sua vez, imprime à disputa sentidos que transcendem a lógica do mercado, pois envolvem recursos incomensuráveis por estarem no plano do interesse comum. Na luta por recursos ambientais, a comunidade desmascara os discursos dos poderes estabelecidos.

Já no campo das práticas de apropriação cultural do mundo material, a empresa vem adotando, ao longo da história de evolução do conflito, diferentes estratégias de disputa simbólica. *Abrigar-se sob a ideologia do desenvolvimento* é uma delas, comumente utilizada pelos agentes econômicos. Frente à geração de emprego e renda, de divisas ou de impostos, o empreendimento está *legitimado*:

A [Empresa X] veio para o município através de um modelo típico de desenvolvimento econômico, em que o Estado cria área específica para implantação de indústrias e incentiva as empresas a ocuparem esta área... [...] A população tem no distrito industrial o seu principal acesso aos postos de trabalho: a maioria de nossos funcionários é desse bairro... A indústria é parte do município e sua instalação contribui para o crescimento econômico sustentável (Diretor Químico da Empresa X).

Dimensões fundamentais da vida social – como o ambiente e a saúde – são *secundarizadas* em sua relevância, ou os problemas são *minimizadas* em sua magnitude, em nome de uma *generalização* dos impactos a todas as atividades "humanas":

Qualquer poluição afeta a saúde das pessoas e ao meio ambiente, mas isso não está relacionado somente às indústrias químicas e ou

agro-químicas, mas a toda atividade humana no mundo (Diretor Químico da Empresa X).

Assim, é possível criar espaço para outra estratégia adotada, que é da *postergação* de providências já colocadas como necessárias, embasada em práticas discursivas perpassadas pela *retórica* – como a apresentada abaixo, ou em medidas de controle do risco apenas aparentes, que a comunidade pode desvelar enquanto tal, em sua constante vigilância:

Temos adotado práticas de prevenção aos riscos potenciais inerentes à atividade... Evidências destas ações estão registradas no Programa de Observações que estimula todos os profissionais a relatar suas necessidades de correção e melhorias, a fim de que sejam realizadas para se obter resultados com qualidade, Preservação Ambiental, Segurança do Trabalho e Saúde Ocupacional (Diretor Químico da Empresa X).

No processo de postergação, fica claro o descaso da empresa com as denúncias e queixas da comunidade, seu despreparo para lidar com a questão da poluição atmosférica e com a própria relação com a comunidade. O *ocultamento de informações* e a *construção de mentiras organizacionais* são estratégias a que ela recorreu ao longo do tempo.

Quando a comunidade passou a ir lá, chegar ao portão e reclamar houve deles uma preocupação ... Daí eles fizeram algumas coisas. Instalaram uns filtros, passaram a ser mais rigorosos na coleta dos resíduos, fizeram melhorias na rede de esgoto, receberam a comunidade para mostrar a indústria. A indústria da forma que eles queriam, porque a indústria não era daquela forma. Quando tinha visitas, eu era um dos responsáveis para arrumar a casa. (Ex-empregado da empresa, morador do Bairro Novo Mundo).

Ele era o gerente da parte ambiental. Perguntei: 'Sr. [Y], o senhor tem certeza que esse filtro está funcionando?', e ele: 'É, vamos lá olhar'. E estava o funcionamento todo errado, não resolvia nada. E ele disse que era porque ainda estava em fase experimental, que eles ainda iriam aprender a operar. E eu pensei, 'Meu Deus do céu, ainda vai aprender a operar!' Às vezes funcionava, às vezes, não. Eles colocaram o filtro apenas para mostrar para a comunidade. E o pessoal não sabia o que era e ia embora. Era mais aparência do que solução (Ex-empregado da empresa, morador do Bairro Novo Mundo).

Chama atenção a precariedade da política de controle de riscos na empresa. O trabalhador mostra-se surpreso com a descoberta de que não poderia sublimar o risco na crença da responsabilidade da empresa: "*Meu Deus do céu, ainda vai aprender a operar!*".

Apesar disto, também está presente o discurso da "*tecnificação do conflito*": um caminho que permite à empresa agregar capital de conhe-

cimento em sua imagem pública, ao incorporar em seus posicionamentos termos técnicos pouco difundidos; somar depoimentos de especialistas; ou apresentar soluções anunciadas como complexas, sofisticadas, modernas e eficientes. Penetra, assim, uma correlação de forças favorável no campo social, já que esse tipo de capital é, comumente, mais inacessível aos grupos populares. Há um claro *efeito inibitório* na expressão destes últimos, o que torna ainda mais difícil que eles tragam e exponham, com segurança, o seu saber próprio, já que o sabem não reconhecido. Entretanto, “com o passar dos anos...”:

Então, na época, ficou acordado que a [Empresa X] colocaria um aparelho chamado coifa, que seria para diminuir esses odores. Mas, no entanto, com o passar dos anos, a gente descobriu que esse aparelho nada mais era do que para amenizar o problema lá na empresa, não para a comunidade, isso não iria filtrar esses odores que são soltos no ar. Os problemas de saúde foram crescendo, como os problemas respiratórios (Moradora Darci Lima).

Vale registrar que, nessa tecnificação, há também uma clara *reificação do saber científico*, empurrando para uma zona cinzenta, fora do campo de debate, a questão do enorme hiato de conhecimento sobre diversos aspectos envolvidos no conflito, muito especialmente quando se trata de riscos de natureza química ao ambiente e à saúde, bem como de seus danos. Ao contrário, é exatamente esta incerteza científica que é explorada também para contribuir na postergação, permitindo à empresa ganhar tempo.

O Programa de Observação é identificado pela sigla QESH, que representa as iniciais das palavras em inglês (Quality – Environment – Safety – Segurança do Trabalho – Saúde Ocupacional), amplamente difundidas no meio industrial químico. A linguagem da sigla facilita a comunicação interna e permite aos nossos profissionais se relacionarem com outros mundialmente (Diretor Químico da Empresa X).

Outra estratégia identificada na prática empresarial pode ser denominada *deslocamento*: a empresa transfere para outros campos o foco do debate. Assim, ela passa a argumentar sobre a qualidade de sua política interna de saúde e segurança no trabalho, a convidar a comunidade para conhecer a excelência dos ambientes internos e das medidas de proteção dos trabalhadores contra os riscos ocupacionais.

Desloca também o conflito para os órgãos públicos, justificando que cabe a eles o monitoramento e a fiscalização da qualidade do ar, bem como o cuidado com a saúde, e que ela tem cumprido todas as suas exigências, aqui *cartorializadas* em “relatórios de relacionamento”. São argumentos contraditórios com o discurso da responsabilidade socioambiental da empresa, mas que conseguem em alguns momentos empurrar o problema para o campo do Estado, diluindo nele a pressão que vai recebendo da mobilização da comunidade.

Problemas ambientais é parte de uma conjuntura mundial e os governantes têm responsabilidade direta no direcionamento dessa questão, seja através da melhoria da educação ou fazendo cumprir as leis estabelecidas sem privilégios. [...] Mantemos em dia e atualizados os relatórios de relacionamento com os órgãos públicos envolvidos com as suas atividades, tais como: SEMACE, Delegacia do Trabalho, IBA-MA, Ministério do Exército, Polícia Federal, Receita Federal, Prefeitura do Município X, ANVISA, Ministério da Agricultura e etc. (Diretor Químico da Empresa X).

Há ainda um deslocamento de responsabilidades tanto para os empregados da empresa quanto para a comunidade e a sociedade:

As empresas têm obrigação de qualificar seus funcionários no seu respectivo ramo de atividade para gerenciar e minimizar os riscos envolvidos. Por outro lado os funcionários têm como obrigação seguir os procedimentos da empresa principalmente os relacionados ao meio ambiente, saúde e higiene industrial. E a sociedade tem como obrigação seguir as recomendações da utilização dos produtos disponibilizados ao mercado seguindo as normas relacionadas ao meio ambiente, saúde e higiene. (Diretor Químico da Empresa X).

Uma comunidade instruída, profissionalizada e saudável é capaz de atender as demandas tecnológicas contribuindo para o crescimento econômico responsável da empresa e garantindo a sustentabilidade do negócio. (Diretor Químico da Empresa X).

Tal efeito é reforçado pela fragilidade das práticas das instituições públicas municipais e estaduais na implementação das políticas e leis conquistadas, e na garantia dos direitos dos cidadãos. Identifica-se uma precariedade determinada desde o contexto mais geral do neoliberalismo até as relações locais de poder, passando por problemas de composição e qualificação dos quadros técnicos e suas posturas éticas e pelas dificuldades interpostas pela ideologia do desenvolvimento para compreender as relações produção-ambiente-saúde e avançar no desocultamento de seus impactos negativos no território. A população local, evidentemente, percebe essas limitações. Por isso, há momentos em que a empresa consegue construir um suposto consenso junto ao movimento comunitário de que o centro do problema é o Estado. E descansa um pouco de estar no foco...

A comunidade, por seu turno, vai reunindo elementos para desconstruir o discurso da empresa. Ao longo de tantos anos, vai se dando conta de que as vantagens apresentadas podem ser valoradas de outra forma pela comunidade:

Na minha leitura, pela pouca quantidade de funcionários do município que a empresa absorve e pelo que ela representa hoje com a poluição, acho que não houve nenhum desenvolvimento, não. Os funcionários que a gente conhece que trabalharam lá, saíram com problemas.

Ou, se identificaram algum problema lá dentro, foram demitidos. Acho que não teve nenhum desenvolvimento para o município (Morador Demerval Lopes).

A partir da convivência cotidiana com a empresa questionam o tipo de desenvolvimento que o empreendimento gerou e constroem seus critérios de sustentabilidade: quantos empregos geram? Qual a condição de saúde no trabalho oferecida a essas pessoas? Qual o padrão de ética e transparência nas práticas empresariais? Em que medida a contaminação ambiental, que atinge tantos moradores, é compensada por estes supostos benefícios? Eles descobrem que, decididamente, não houve desenvolvimento algum.

No processo de desvelamento dos riscos, alguns moradores, sujeitos ativos na busca da informação e na construção de um saber autônomo, vão fazendo rupturas profundas com os valores difundidos no bojo da ideologia do desenvolvimento:

Então, hoje, eu vejo a [Empresa X] como nociva. No início, eu achei positivo por conta dos empregos que ela deu, mas nós não sabíamos da gravidade desta empresa instalada tão próxima de nós. Porque eu já estive conversando com um engenheiro, ele falou que, se a [Empresa X] sofresse um acidente, um incêndio, uma explosão, a comunidade seria devastada, porque o hospital não está estruturado para este tipo de catástrofe. Nós morreríamos com sangramentos e asfixia. Ele disse que nós morávamos perto de uma quase bomba atômica. Depois disso, fiquei pensando que as pessoas não têm idéia do que passamos. Não é só o odor do veneno, é um risco iminente que a gente pode estar correndo a qualquer hora (Moradora Darci).

Indignada, ela qualifica a empresa como “nociva”, a despeito da geração de empregos. Darci descobre outra faceta do risco, que é o acidente industrial ampliado. Reconhecendo que a comunidade não teve acesso a informações completas e fidedignas sobre os impactos da instalação da empresa, surpreende-se com mais uma possibilidade de dano que ainda não havia sido cogitada.

Com as informações trazidas por moradores que conhecem a intimidade do processo de produção na empresa, eles descobrem mais:

[...] Eu chegava cedo na [Empresa X]. Quando chovia dentro do galpão, escorria água que passava pelo chão onde a gente fabricava o veneno e juntava poças. Às vezes, tinha gato, pássaros mortos, porque tomava aquela água. Eu tinha que tirar para não espantar o pessoal. (Ex-empregado da empresa, morador do Bairro Novo Mundo).

Como minimizar ou secundarizar os riscos da contaminação atmosférica, se os produtos eram capazes de matar animais que entravam no ambiente de trabalho? E que cuidado era este com as condições de saúde

dos trabalhadores, se a água que percorria o chão já era letal? E por que esconder deles este “indicador”?

Percebendo a disputa em torno do conhecimento, as lideranças vão à busca de mais informação e constroem uma caracterização precisa do cheiro que os incomoda, até conseguir “dar nome aos bois”, e avançar na nomeação do problema que enfrentam.

Fomos diversas vezes à empresa e teve um dia que dissemos ao diretor responsável: ‘Doutor, o que é isso que vocês estão produzindo que está matando a gente aqui?’ E ele: ‘Hoje a formulação é o AGRITOATO e o STRON’. Então digo: ‘pronto, agora ele deu nome aos bois! Esse cheiro de rato podre que exala já tem um nome’. (Moradora Darci).

Eles caracterizam o tipo de odor e identificam os produtos que o geram; observam sua sazonalidade anual – que depois se confirma como o período de maior produção na fábrica. Mas é preciso ainda construir pontes entre a contaminação ambiental e as doenças da comunidade. Encontram aí o apoio da agente comunitária de saúde que reside na comunidade e aplica conhecimentos de epidemiologia e de vigilância em saúde para observar correlações e referendar, a partir de seu lugar mediador entre o saber científico e o saber popular, as hipóteses e denúncias que a comunidade vem levantando: “foi aí que eu juntei!”

[...] Não vou dizer que, com certeza, é da [Empresa X]. Mas a gente pode afirmar que sempre que chega o mês de junho ao mês de novembro, até dezembro ainda fede, começa a demanda no posto de saúde de infecção respiratória e anemia. As pessoas desmaiam, sem contar as tentativas de suicídio. Quase todo dia, ao visitar as casas, o índice de depressão... Vejo gente com depressão. Eu também atribuo isso a essa fábrica (Agente Comunitária de Saúde e Moradora Jacira).

[...] Fui portadora de leucemia mieloide aguda (LMA), em remissão, estabilizada. Eu vim para cá em 2002, eu estava grávida e em novembro de 2004 eu tive um tumor na mama, fiz a biopsia, era maligno. Foi aí que começou todo o processo, na busca de saber o que era a doença, eu fiquei impressionada. Depois de 6 meses foi que detectou a leucemia mieloide e começou o tratamento. Eu fiz uma entrevista e o médico perguntou o meu contato com o agrotóxico e na hora eu não sabia. Depois, com o passar dos dias eu fui refletir e pensei, ‘a [Empresa X] é uma indústria de agrotóxico’ e foi aí que eu juntei. (Moradora Joana D’Arc).

Outro morador dá conta da precariedade das políticas e instituições públicas que deveriam diagnosticar e monitorar a poluição, e percebe como a empresa se beneficia desta falta de dados “positivos” para postergar o controle da contaminação.

Aqui no município, nem no Estado do Ceará, tem um aparelho que meça a poluição do ar, não existe. Principalmente, aqui, no nosso município. O nosso medidor somos nós, que sentimos e gritamos para que alguém ouça que a gente está sentindo aquele negócio! Mas os órgãos oficiais, o Estado, o Município e Federal não tiveram essa preocupação. Então, se a gente não cuidar agora vai ser ruim para a gente. (Morador João Antônio).

Mas não se alia a ela: questiona a ciência e o Estado, ao tempo em que afirma as vítimas como sujeitos – aqueles que sentem e sofrem é que podem avaliar o risco. E também, consciente das relações empresa – Estado, sabe que é a eles mesmos que cabe o cuidado.

De fato, a fala do Secretário Municipal de Saúde deixa claro tanto a precariedade quanto o tipo de relação subordinada que cultiva com a empresa:

Nunca recebi da empresa orientação a respeito de algum risco ou acidente que poderia vir a acontecer na [empresa X]. E nós não temos corpo técnico especializado para resolver esses problemas, pois precisa de especialistas. (Secretário Municipal de Saúde).

Ainda no âmbito da atuação dos órgãos públicos, evidencia-se também uma estratégia de deslocamento, agora do nível municipal para o estadual, conforme argumenta o Secretário Municipal de Meio Ambiente, ao ser indagado sobre o monitoramento ambiental da Empresa de Agrotóxico por sua pasta:

Com relação à [Empresa X], o que tem é o seguinte: quem licenciou foi a SEMACE. Ela é responsável pelo licenciamento da SEMACE. Evidentemente que nós não estamos querendo nos omitir da responsabilidade. Eu posso fazer uma auditoria pelo município, mas, como até agora a população não reclamou, nós estamos aguardando. (Secretário Municipal de Meio Ambiente).

Vale salientar que, de acordo com a direção da Associação de Moradores, antes de o entrevistado assumir essa função pública, foi eleito vereador do município e participava ativamente do movimento de moradores contra a poluição causada pela Empresa de Agrotóxico. De qualquer modo, essa postura do Estado dificulta a afirmação social do problema de poluição gerado pela empresa, ao esquivar-se de suas responsabilidades e atribuições.

Os moradores se percebem como vítimas da situação e têm consciência de sua fragilidade. Mas são eles mesmos que, em seguida, se afirmam como sujeitos da resistência:

Estamos aqui sendo vítimas dessas indústrias, sem termos como nos defender. Nós não vamos sair de nossas casas para que essas indústrias

continuem aí! Porque, se sairmos, virão outras pessoas, que serão vítimas do mesmo jeito! E também não podemos perder nossas casas, que foram conseguidas com muito sacrifício, para que essas indústrias continuem aí, do mesmo jeito, matando, porque é o que elas estão fazendo, matando as pessoas que moram aqui ao redor (Moradora Lúcia Costa).

Na justificativa da ação, não há só indignação com a perda de um bem conquistado com o trabalho duro, de seu direito a moradia, mas também um discurso ético de cuidado e solidariedade com outros que viriam e que seriam vitimados pela empresa.

Os anos de luta e resistência, por outro lado, apresentam dificuldades e desafios a cada dia: *Como um camarão vai lutar contra um tubarão?* Na angústia da assimetria de poderes, buscam caminhos para ampliar a participação da comunidade rumo ao fortalecimento do movimento.

Considerações finais

A comunidade do Novo Mundo é protagonista na afirmação do problema e na busca de solução para ele. A partir da vivência do corpo ela construiu conhecimentos e nomeou o problema da poluição atmosférica gerada pela fabricação de produto à base de metamidofós – produto já banido inclusive na China.

Os problemas socioambientais gerados pela empresa e a resistência da comunidade instauraram o conflito, demarcando um espaço de luta e mobilização social, na busca de tratamento justo para todas as pessoas. E para se reportar a esses conflitos, Jean-Pierre Leroy (2006, p. 7-12), comenta:

O que não se tem visto é o registro das circunstâncias geradoras dos conflitos e das causas de sua reiteração. Se isso for feito com imparcialidade ficará evidente que as verdadeiras causas e as reais violências estão na sonegação e na afronta de direitos consagrados na constituição [...] o que se verifica é que a verdadeira violência não está nas reivindicações, mas na sonegação de direitos e na omissão das autoridades, que por temor de enfrentar interesses poderosos ou por simples conveniência política não cumprem obrigações expressamente previstas na Constituição.

Enquanto isso, a comunidade permanece vulnerável, ainda sentindo o “cheiro de rato podre”, após quase 20 anos da denúncia pública contra a empresa X. A resposta clara que o Estado conseguiu dar até o momento foi de forte apoio à empresa traduzido como investimentos públicos, apesar do esforço da comunidade em comprovar o dano ambiental. Ainda assim, os moradores do bairro Novo Mundo resistem na luta, buscam

possíveis caminhos com aliados e opositores, enquanto monitoram a poluição ambiental, pois, como já disseram: “o nosso medidor somos nós, que sentimos e gritamos”.

Referências

ACSELRAD, H. As práticas espaciais e o campo dos conflitos ambientais. In: ACSELRAD, H. (Org.). *Conflitos ambientais no Brasil*. Rio de Janeiro: Ed. Relume Dumará, 2004b.

_____; HERCULANO, S.; PÁDUA, J.A. A justiça ambiental e a dinâmica das lutas socioambientais no Brasil: uma introdução. In: ACSELRAD, H.; HERCULANO, S.; PÁDUA, J.A. (Org.). *Justiça ambiental e cidadania*. Rio de Janeiro: Ed. Relume Dumará, 2004a.

ALBERTI, V. *História oral: a experiência do CPDOC*. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1990.

FREITAS, C.M. A contribuição dos estudos de percepção de riscos na avaliação e no gerenciamento de riscos relacionados aos resíduos perigosos. In: SISINNO, C.L.S.; OLIVEIRA, R.M. (Org.). *Resíduos sólidos, ambiente e saúde: uma visão multidisciplinar*. Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz, 2000.

_____; BARCELLOS, C.; PORTO, M.F.S. Justiça ambiental e saúde coletiva. In: ACSELRAD, H.; HERCULANO, S.; PÁDUA, J.A. (Org.). *Justiça ambiental e cidadania*. Rio de Janeiro: Ed. Relume Dumará, 2004.

LEROY, J.P. Prefácio. In: HERCULANO, S.; PACHECO, T. (Org.). *Racismo ambiental*. Rio de Janeiro: Ed. Papel sem Fim, 2006.

NO CEARÁ, o desenvolvimento econômico tem gerado nos locais de grandes empreendimentos industriais situações de conflitos sócio-ambientais. *Jornal Diário do Nordeste*. Fortaleza, 10 out. 2006. Disponível em: verdesmares.globo.com/plantao_vmreporter/blank/blank_diario20.asp Acesso em: 10 out. 2006.

PINTO, M.J. *Comunicação e discurso: introdução à análise de discursos*. São Paulo: Hacker Editores, 1999.

PORTO, M.F.S. *Uma ecologia política dos riscos: princípios para integramos o local e o global na promoção da saúde e da justiça ambiental*. Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz, 2007.

QUEIROZ, M.I.P. Relatos orais: do indizível ao dizível, In: SIMSON, O.M.V. (Org.). *Experimentos com história de vida: Itália-Brasil*. São Paulo: Vértice, 1998.

RIGOTTO, R.M. Relatos orais: na encruzilhada entre indivíduo e sociedade em um estudo das representações sociais sobre saúde. In: GONDIM, L.M.P. (Org.). *Pesquisa em ciências sociais: o projeto da dissertação de mestrado*. Fortaleza: Ed. UFC, 1999.

ROSA, I.F. *O nosso medidor somos nós que sentimos e gritamos: conflito socioambiental no entorno de uma fábrica de agrotóxicos no Ceará*. 2008.

205 f. Dissertação (Mestrado em Saúde Pública) – Universidade Federal do Ceará. Fortaleza/CE.

_____. RIGOTTO, R. M. O nosso medidor somos nós que sentimos e gritamos: conflito socioambiental causado por fábrica de agrotóxico na região metropolitana de Fortaleza-Ce. Paper apresentado no GT “conflitos ambientais, processos de territorialização e identidades sociais”, do 32º Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (ANPOCS). Caxambu - Minas Gerais, de 27-31/10/2008. 20p.

SINDICATO NACIONAL DA INDÚSTRIA DE PRODUTOS PARA DEFESA AGRÍCOLA (SINDAG). Dados de mercado. Mercado de defensivos. Câmara Temática de Insumos Agropecuários. Disponível em: <<http://www.sindag.com.br> Acesso em: 29 jun 2010.

SPINK, M. J. P.; MEDRADO, B. Produção de sentidos no cotidiano: uma abordagem teórico-metodológica para análise das práticas discursivas. In: SPINK, M. J. P. (Org.). *Práticas discursivas e produção de sentidos no cotidiano: aproximações teóricas e metodológicas*. São Paulo: Ed. Cortez, 1999.

TÁBARA, J. D. *La percepció dels problemes de medi ambient*. Barcelona: Beta Editorial, 1996.

ZHOURI, A.; LASCHEFSKI, K.; PEREIRA, D.B. Desenvolvimento, sustentabilidade e conflitos socioambientais. In: ZHOURI, A.; LASCHEFSKI, K.; PEREIRA, D. B. (Org.). *A insustentável leveza das políticas ambientais: desenvolvimento e conflitos socioambientais*. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

Recebido em 08 de novembro de 2013.

Aprovado para publicação em 16 de dezembro de 2013.